

ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos
e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular
no 1.º Ciclo do Ensino Básico

Índice geral

Apresentação	4
Sumário executivo	5
1. Cumprimento das recomendações do relatório intercalar da CAP	8
2. Nota metodológica	11
3. Acompanhamento global do programa	14
3.1. Caracterização das turmas	14
3.2. Perfil dos professores	15
3.3. Recursos físicos utilizados	16
3.4. Componente pedagógica	17
3.5. Articulação curricular	24
3.6. Supervisão pedagógica	27
3.7. Aspectos estruturais do desenvolvimento das AEC	27

Índice de Quadros

Quadro 1 – Visitas de acompanhamento realizadas	11
Quadro 2 – N.º de questionários aplicados aos professores	12
Quadro 3 – N.º de alunos por ano de escolaridade abrangidos pelas visitas de acompanhamento	14
Quadro 4 – N.º de alunos de Apoio ao Estudo abrangidos nas visitas de acompanhamento, por ano de escolaridade	14
Quadro 5 – N.º de Alunos envolvidos nas visitas de acompanhamento	14
Quadro 6 – Habilitações dos professores de ensino da música	15
Quadro 7 – Temas trabalhados no Ensino do Inglês para os 1.º e 2.º anos nas 9 turmas observadas	18
Quadro 8 – Temas trabalhados no Ensino do Inglês para os 3.º e 4.º anos nas 45 turmas observadas	18
Quadro 9 – Temas trabalhados na AFD nas 46 turmas observadas	19
Quadro 10 – Temas trabalhados no Ensino da Música nas 40 turmas observadas	19
Quadro 11 – Aspectos da actividade pedagógica no contexto das “Outras Actividades”	21
Quadro 12 – Instrumentos de avaliação usados pelos Professores das AEC	22
Quadro 13 – Instrumentos de avaliação observados nas visitas de acompanhamento	22

Índice de Figuras

Figura 1 – Documentos observados nas visitas de acompanhamento	17
Figura 2 – Materiais observados nas visitas de acompanhamento	20
Figura 3 – Apreciações dos observadores sobre as potencialidades da acção pedagógica desenvolvidas nas AEC	23
Figura 4 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os professores titulares de turma – opinião dos professores das AEC	25
Figura 5 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os professores titulares de turma – opinião dos professores titulares de turma	25
Figura 6 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os Departamentos Curriculares – opiniões dos professores das AEC	26

Apresentação

De acordo com o Despacho n.º 12.591/2006, de 16 de Junho, o Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico deve ser acompanhado por uma comissão constituída para o efeito, a CAP, da qual fazem parte, para além do Director-Geral da DGIDC, os Directores Regionais de Educação. Os representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM), Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF) e Sociedade Portuguesa de Educação Física (APEF), têm vindo igualmente a participar nas actividades da CAP, conforma previsto no referido Despacho.

Para além da intervenção contínua de todos estes elementos, o acompanhamento das AEC efectiva-se formalmente através da realização de visitas de acompanhamento cuja metodologia prevê a articulação de vários momentos de interacção com os diferentes membros das comunidades educativas e na aplicação de vários instrumentos de recolha de dados, cuja organização e tratamento permitem a elaboração de relatórios, como o intercalar apresentado publicamente em Abril de 2007 e o que agora se apresenta.

Deste relatório constam, para além de um sumário executivo onde se encontram plasmadas as principais conclusões do trabalho realizado nas escolas, os resultados do cumprimento das recomendações expressas no primeiro relatório, a metodologia que orientou o processo de acompanhamento e a análise dos resultados obtidos no âmbito de visitas de acompanhamento a uma amostra de 16% das entidades promotoras. Visitas essas que contaram com a participação de elementos de todas as instituições representadas na CAP, acima referidas.

Tal como já havia sido explicitado no relatório intercalar, os membros das comunidades educativas, as autarquias, o Ministério da Educação, bem como outras entidades implicadas no processo educativo e os cidadãos em geral poderão encontrar na articulação do conteúdo dos dois relatórios a informação que lhes permitirá observar os esforços desenvolvidos, acompanhar a implementação das AEC e avaliar o seu impacto na reconfiguração da educação, do currículo e da organização das escolas públicas do ensino básico.

Sumário Executivo

Conclusões

As conclusões que a seguir se apresentam estão organizadas em sete grupos. O primeiro (do ponto 1 ao ponto 3) é relativo aos recursos docentes, o segundo aos recursos logísticos e materiais (pontos 4 e 5), o terceiro às questões do domínio da qualidade pedagógica (pontos 6 a 12), o quarto refere-se à articulação curricular e organizacional (pontos 13 a 15), o quinto à supervisão pedagógica (pontos 16 e 17), o sexto a questões relacionadas com horários e organização (pontos 18 a 21) e, finalmente, ao apoio à família (ponto 22).

Recursos Docentes

1. A grande maioria dos docentes do Ensino do Inglês e da Actividade Física e desportiva (AFD) apresenta, para além da licenciatura, a qualificação profissional para a docência. Em relação ao Ensino da Música, onde foram registadas situações problemáticas, constata-se que mais de metade dos docentes inquiridos possui como habilitação académica a licenciatura, tendo os restantes formação profissional ou especializada para o exercício da docência na actividade.
2. Decorrentes da substituição do Ensino da Música por outra actividade, quando foram detectadas irregularidades nas habilitações dos professores, são evidentes algumas melhorias na qualidade pedagógica daquela actividade.
3. A experiência adquirida ao longo do ano lectivo, aliada às sugestões dos peritos aquando da primeira visita, ao trabalho colaborativo e aos processos formativos (no caso do ensino do inglês) constituiu um benefício para a qualidade da docência e para a qualidade das AEC, apesar de subsistirem situações problemáticas.

Recursos Logísticos e Materiais

4. A grande maioria das actividades ocorre na sala de aula onde os alunos frequentam as actividades lectivas e a maioria dos professores das AEC considera as instalações adequadas. No entanto, a inadequação é significativamente mais sentida na AFD, atendendo à sua especificidade, situação que, à semelhança do que acontece com as outras actividades, foi sendo atenuada pela utilização diversificada de espaços existentes.
5. De notar que, na maioria dos casos de ensino da música, foi registada a existência de instrumentos musicais, enquanto que os materiais mais presentes na AFD são, basicamente, as bolas e os materiais de sinalização, seguidos de outros de fácil transporte de escola para escola, sendo ainda consideravelmente reduzido o número de casos em que se regista a presença de materiais de grande porte, apontando assim para a necessidade de reforço dos materiais indispensáveis para equipar os estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico.

Qualidade Pedagógica

6. No que diz respeito à componente pedagógica, na maioria das situações foi observada a existência de documentos como registos de sumários, planificações concebidas de acordo com as orientações programáticas e registos de presenças/faltas dos alunos, o que revela uma significativa preocupação organizativa potenciadora de contágio de boas práticas.

7. No Apoio ao Estudo, quanto à intencionalidade que é atribuída à ocupação dos alunos nessa actividade, a maioria das docentes continua a privilegiar a consolidação das aprendizagens pela aplicação de estratégias de estudo. Nas restantes AEC, praticamente todos os docentes declaram conhecer as orientações programáticas publicadas pelo Ministério da Educação e 88% admite utilizá-las *sempre* ou *frequentemente* na programação das suas actividades. Apesar desta constatação, continua a verificar-se uma significativa percentagem de professores (44%) que alega orientar as suas actividades através duma planificação pré-concebida pela entidade para a qual presta serviço, facto que se pode considerar preocupante e exigir atenção especial, sobretudo no que diz respeito à efectiva articulação com as orientações programáticas.
8. Os resultados revelam que as práticas pedagógicas sujeitas a observação mereceram predominantemente e de forma genérica, uma apreciação positiva por parte dos peritos das áreas de actividade observadas.
9. Os resultados põem em evidência o aumento do número de professores, sobretudo de ensino de inglês, (mas também de AFD), que garante produzir materiais específicos para as actividades e, de entre estes, mais de metade, faz com que os alunos participem nessa produção.
10. A observação directa dos materiais existentes ou em uso nas actividades, pelos peritos e técnicos das DRE, revela que os CD, seguidos dos cadernos dos alunos, são os mais utilizados sendo os primeiros mais frequentes no inglês. Por seu lado, os manuais escolares, são de uso quase exclusivo das actividades do inglês.
11. No que diz respeito à avaliação das aprendizagens, continua a constatar-se que os professores das AEC referem utilizar maioritariamente como instrumentos de recolha de dados as *grelhas de observação*, para além de fichas de autoavaliação, testes ou provas e portefólios. No entanto, verificam-se discrepâncias acentuadas entre as respostas daqueles docentes e os registos efectuados pelos peritos observadores, facto que exige a clarificação de conceitos e a aferição de critérios de classificação e de uso de instrumentos de avaliação através de processos de reflexão junto dos professores das AEC, nomeadamente através de momento de formação.
12. Quanto à divulgação dos resultados da avaliação formativa dos alunos, 90% e 87% dos professores refere ter procedido a essa divulgação, junto dos pais ou encarregados de educação e dos professores titulares de turma, respectivamente.
13. No que diz respeito à articulação curricular há evidências que acentuam uma melhoria gradual nos procedimentos. Apesar desta tendência, as percepções dos observadores denunciam que há ainda muito trabalho a fazer nesta matéria (o que aliás está longe de ser exclusivo das AEC) que envolve construção de relações e de aprendizagens, legitimação e assunção de papéis e estatutos dos diferentes intervenientes no processo educativo e, ainda, implementação de hábitos e ritmos de trabalho e de condições laborais e logísticas que permitam consolidar essa articulação.

14. A articulação *horizontal* entre os professores das AEC e os professores titulares de turma (PTT) acontece sobretudo ao nível da *partilha de informação* sobre os alunos, mas também ao nível da *reflexão conjunta sobre o desenvolvimento* das suas *competências*, factos que confirmam a tendência para melhorias significativas na articulação curricular.

15. De registar que a articulação *vertical* entre os professores das AEC e os departamentos curriculares dos 2.º e 3.º ciclos, foi reforçada de forma significativa, desde a primeira ronda de visitas através da *participação em reuniões de trabalho*, de *reflexão conjunta sobre metodologias e estratégias de ensino* e, ainda, de *programação de actividades*.

Supervisão Pedagógica

16. No que à supervisão pedagógica diz respeito, os resultados apontam para melhorias nos processos de acompanhamento das AEC, nomeadamente através de orientações e recomendações expressas pelos conselhos pedagógicos e de docentes, bem como da concepção e implementação de instrumentos de apoio. De registar ainda o facto das AEC terem sido abordadas, na maioria das situações, em contexto de reuniões de pais.

17. Verifica-se que entre a primeira visita de acompanhamento e a segunda houve uma clara aposta no acompanhamento das AEC, nomeadamente, através de reuniões de trabalho e de observações de actividades.

Horários e Organização

18. No que diz respeito aos horários, apesar das soluções encontradas, continua a haver dificuldades em identificar pontos de equilíbrio. Assim, constatando-se que as AEC têm lugar, na esmagadora maioria dos casos, após a actividade lectiva, não interferindo no funcionamento normal das actividades lectivas, regista-se que esta quase total ausência de flexibilização pode comprometer a estabilidade e a permanência dos professores das AEC, atendendo aos horários reduzidos que lhe são apresentados pelas entidades promotoras.

19. Existindo situações em que a viabilização das AEC passou pela junção de turmas, a situação corrente é a da correspondência entre as turmas do Programa e as turmas do currículo obrigatório, facto que atribui coerência e continuidade ao processo educativo dos alunos.

20. A falta de pessoal auxiliar para acompanhamento das crianças é um problema que continua a ser sentido e frequentemente assinalado pelos intervenientes no processo.

21. Na relação entre parceiros regista-se uma maior preocupação na partilha de informações e de vivências, apesar de em algumas situações se verificar uma certa indefinição de papéis, de níveis de decisão e de intervenção entre a entidade promotora e as respectivas entidades parceiras.

Apoio à Família

22. O regime de horário duplo continua a ser, em varias situações, um obstáculo à plena implementação das AEC, à produção de respostas satisfatórias para as famílias, sobretudo quando é inexistente a Componente de Apoio à Família.

1. Cumprimento das Recomendações do Relatório Intercalar da CAP

No relatório intercalar apresentado em Abril de 2007, a CAP elaborou um conjunto de 20 recomendações divididas em dois grupos, um referente a questões de organização e implementação e outro a questões de âmbito qualitativo e pedagógico. Os itens que se seguem procuram dar conta do cumprimento dessas mesmas recomendações e são apresentados em dois grupos. O primeiro corresponde às recomendações já cumpridas – organização e implementação (até ao ponto 10), aspectos de âmbito pedagógico (do ponto 11 ao ponto 15). O segundo grupo é relativo aos assuntos ainda em desenvolvimento (pontos 16 a 22).

**Recomendações
cumpridas –
questões de
organização e
implementação**

1. A recomendação da CAP relativa à definição de regras relativas à remuneração, nomeadamente a fixação de um valor mínimo por hora, mereceu o despacho favorável do Sr. Secretário de Estado da Educação (SEE) e foi enviada, juntamente com outras recomendações, a todas as escolas e agrupamentos de escolas, para além de ser divulgada nos *sites* oficiais dos Ministério da Educação e dos restantes membros da CAP.
2. No sentido de efectivar uma maior implicação do professor titular de turma na supervisão das AEC, nos processos de acompanhamento encetados pelas DRE durante a segunda ronda de visitas de acompanhamento foram dadas indicações no sentido de ser intensificada essa supervisão que de resto se converteu numa necessidade sentida pelos intervenientes no processo, como se pode constatar dos resultados expressos no presente relatório.
3. Iniciativas idênticas foram tomadas no sentido de potenciar uma maior responsabilização do agrupamento de escolas ou escola não agrupada no domínio dos aspectos dinâmicos do Programa, em particular na integração das AEC na cultura organizacional e nos projectos, bem como nos processos de comunicação e articulação pedagógica.
4. A necessidade de reforço do apoio às entidades promotoras através de um maior envolvimento dos agrupamentos de escolas ao nível do recrutamento e da gestão dos professores, bem como ao nível da participação na elaboração de horários e organização de actividades, mereceu despacho favorável do SEE e passaram a ser executados os procedimentos recomendados, na preparação do ano lectivo de 2006/7.
5. Quanto à formação contínua recomendada para os professores de Ensino da Música e de AFD, estão a ser construídos, com a colaboração da APEM, do CNAPEF e da SPEF, os planos e dispositivos de formação, quer para acreditação quer para implementação da acção.
6. Foram identificadas as situações em que a interposição de parceiros entre os promotores e as escolas não acrescentou valor, mas, pelo contrário, consumiu recursos que deveriam ser destinados à acção com os alunos. Atendendo à impossibilidade de alteração de contratos já estabelecidos, as intervenções das DRE, permitiram introduzir apenas algumas correcções pontuais e as segundas visitas de acompanhamento potenciaram momentos de reflexão

conjunta e o estabelecimento de orientações que prevenissem a existência de situações idênticas no ano lectivo seguinte.

7. Tendo sido recomendado um maior empenhamento e responsabilização das entidades promotoras na aquisição e controlo da qualidade dos materiais didácticos a utilizar nas AEC, foram construídos instrumentos que permitiram uma melhor observação da sua existência, adequação e utilização, cujos resultados se encontram plasmados no presente relatório.
8. Para que as AEC pudessem começar ao mesmo tempo que as actividades do currículo obrigatório, no início do ano lectivo, procurou-se, através das DRE, proceder a uma análise o mais célere possível das novas candidaturas apresentadas e intervir em todas as situações mais problemáticas.
9. Nos casos em que a actividade Ensino da Música foi substituída por outra actividade em função de manifesta impossibilidade de contratar professores de música com as habilitações exigidas, o valor do financiamento manteve-se em 250 € aluno/ano.
10. Nos casos em que foi verificada, ao longo no ano lectivo, uma redução do número de alunos a frequentar as AEC, as direcções regionais de educação, em articulação com as entidades promotoras, procuraram analisar as situações concretas de forma a encontrarem a melhor solução, tendo em vista a viabilidade da(s) actividade(s) em causa.
11. Na segunda ronda de visitas de acompanhamento foi conferida prioridade à observação das questões de ordem qualitativa e pedagógica, como é demonstrado no presente documento.
12. Para a segunda ronda de visitas foram construídos outros instrumentos que permitiram a recolha e organização mais sistematizada de dados relacionados com o tipo e quantidade de recursos e materiais utilizados, com a forma como são planificadas as actividades, como são preenchidos e usados os sumários, permitindo assim o aprofundamento e exploração das principais especificidades de cada uma das AEC.
13. Quer nos processos de observação, quer nos tópicos de discussão entre os vários membros das comunidades educativas, quer ainda através da possibilidade de registos realizados pelos observadores, houve uma maior focalização nas questões da articulação curricular horizontal e vertical, o que permitiu um melhor conhecimento da realidade e, por conseguinte, das melhorias protagonizadas no desenvolvimento das AEC
14. Tal como o assunto do ponto anterior, nesta segunda ronda de visitas de acompanhamento foi prestada especial atenção, sobretudo nas mesas-redondas com os membros da comunidade educativa, ao tipo de parceiros que intervêm no Programa, em particular através da análise detalhada das situações e da partilha de recomendações a ter em conta na preparação do ano lectivo seguinte.
15. Tendo em conta a expressão relevante das "Outras Actividades" de enriquecimento curricular financiadas (para além do inglês, da música e da AFD), foram construídos instrumentos de recolha de dados que, aplicados no contexto da segunda ronda de visitas, contribuíram para a recolha de informação sobre aquelas actividades, de que este relatório dá conta.

Recomendações
cumpridas –
questões de
âmbito
qualitativo e
pedagógico

Assuntos em desenvolvimento

16. Quanto à recolha de dados de ordem estatística, recomendada no relatório intercalar da CAP, sobre o assunto do ponto anterior, aquela é objecto da actividade que o GEPE está a realizar no domínio das AEC.
17. Tal como o enunciado no ponto anterior o levantamento estatístico das situações referentes ao regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino (duplo/normal) enquadra-se no levantamento de dados efectuado pelo GEPE.
18. De igual forma, a recolha de informação estatística referente à componente de apoio à família, em particular as situações de articulação entre as AEC e as designadas “pontas” dos horários, são objecto daquele trabalho, já que não foi possível fazê-lo no contexto das visitas de acompanhamento contempladas no presente relatório.
19. Ainda no que diz respeito à componente de apoio à família, está em curso um processo que visa encontrar as soluções mais adequadas no âmbito dos parceiros das AEC.
20. Definição do “perfil pedagógico” a ser exigido aos professores ou aos candidatos a professores das AEC, encontra-se também em estudo.
21. No que diz respeito à elaboração de instrumentos que permitam verificar a avaliação feita pelos diversos agentes envolvidos, no contexto das primeiras visitas de acompanhamento do ano lectivo de 2007/08, a CONFAP concebeu e aplicou aos pais e encarregados de educação dos alunos das turmas observadas, um questionário com aquele propósito.
22. Encontram-se em curso os procedimentos relacionados com a realização de um estudo de avaliação comparada da eficiência na utilização dos recursos financeiros das AEC pelos Municípios, promovido em colaboração entre a DGIDC e a ANMP.

2. Nota Metodológica

No âmbito das suas responsabilidades, a CAP traçou um plano de acompanhamento das AEC que, entre outras iniciativas, previa a realização de visitas de acompanhamento em contexto escolar em dois momentos ao longo do ano lectivo de 2006/07: um durante 1.º período lectivo e outro no decurso do 3.º período. Visitas essas que tiveram como principal finalidade a recolha de informação sobre a implementação, o desenvolvimento e o funcionamento das AEC nas escolas públicas, particularmente nos domínios pedagógico e organizacional.

Tal como foi referido no Relatório Intercalar de Acompanhamento, em cada Direcção Regional de Educação, em conformidade com a sua dimensão e abrangência, previa-se a implicação de pelo menos 10% das Entidades Promotoras de AEC de entre as quais deveriam constar, para além das autarquias, Associações de Pais, IPSS e Agrupamentos de Escolas. Para cada entidade promotora foi indicada uma escola ou agrupamento de escolas, que identificou uma turma para ser objecto de visita nos dois períodos lectivos indicados. No Quadro 1, resumem-se os dados relativos às visitas de acompanhamento efectuadas por DRE e por entidade promotora no contexto das competências da CAP, que abrangeram 16% das entidades promotoras e que contaram com a participação, para além de técnicos das direcções regionais de educação e da DGIDC, de peritos das diferentes actividades indicados pelas associações profissionais e científicas representadas na CAP ¹.

Quadro 1 – Visitas de acompanhamento realizadas

DRE	N.º de visitas realizadas por DRE e Entidade Promotora					Percentagem de visitas em relação ao n.º total de Entidades Promotoras	
	Autarq.	Ass. Pais	IPSS	Agrup	Total	% de visitas	Total de Entidades Promotoras
DREN	15				15	20 %	88
DREC	10	1		1	12	15 %	80
DRELV	4	3	1	1	9	9 %	100
DREALE	10(b)			4	14	26 %	54
DREALG	3	1	1		5	28 %	18
Total	42	5	2	6	55	16 %	340

(b) Inclui uma Junta de Freguesia.

A recolha de dados foi concretizada, em cada visita de acompanhamento, através das seguintes acções:

1. Observação de aulas de Ensino do Inglês, Ensino da Música, AFD e, ainda, "Outras Actividades", nas quais estiveram presentes um elemento da DRE e/ou da DGIDC e um observador especialista de cada área de actividade.
2. Observação de materiais didácticos, planificações e sumários, em cada uma das actividades.
3. Aplicação de questionários individuais aos professores titulares de turma e aos docentes das actividades referidas no ponto anterior. O questionário ao professor titular de turma contempla principalmente dois tópicos: Apoio ao Estudo e supervisão pedagógica, onde se destaca a

¹ No âmbito do acompanhamento regular e sistemático que as DRE realizam junto das escolas, para além destas, outras visitas foram levadas a cabo que, embora sem a participação dos peritos, de um modo geral, incluíram a participação de vários dos outros intervenientes no enriquecimento curricular (entidades promotoras, professor titular de turma, conselho executivo).

articulação e a supervisão curriculares. Os restantes questionários incidiram no perfil do profissional e da turma, nos recursos utilizados e, principalmente, na componente pedagógica. Na totalidade, no contexto da segunda ronda de visitas foram aplicados 210 questionários com a seguinte distribuição:

Quadro 2 – N.º de questionários aplicados aos professores

	Prof Titular de Turma	Inglês		AFD	Ens. Música	Outra Activ.	Total Questionários
		1.º e 2.º Anos	3.º e 4.º Anos				
1.ª visita	61	9	43	46	44	-	203
2.ª visita	63	9	45	46	40	7	210

3. Realização de uma “*mesa-redonda*” com a finalidade de promover um diálogo aberto com elementos da comunidade educativa à qual pertence a turma seleccionada, na qual, para além do(s) representante(s) dos serviços do Ministério da Educação, da CONFAP e dos peritos das áreas (APPI, APEM e CNAPEF/SPEF) participaram os seguintes elementos:

- 1 representante do Conselho Executivo do agrupamento/escola;
- Representantes do Conselho Pedagógico do agrupamento/escola (departamentos curriculares que enquadrem as línguas estrangeiras, a educação física e a educação musical;
- O coordenador (caso exista) do estabelecimento onde as actividades funcionam;
- O(s) professor(es) titular(es) de turma cujos alunos participam nas AEC;
- 1 representante dos pais e encarregados de educação dos alunos que frequentam as AEC;
- Os professores das AEC;
- 1 representante da entidade promotora

Os debates foram orientados pelos “tópicos de discussão” já previstos para a 1.ª ronda de visitas tal como são apresentados a seguir. No entanto, foi atribuída maior relevância às questões que na altura surgiram como mais problemáticas, no sentido de serem verificadas e discutidas as possíveis mudanças desencadeadas pelo desenvolvimento das actividades. São os seguintes os tópicos debatidos:

a. Aspectos Estruturais:

- Condições físicas dos espaços onde têm lugar as actividades.
- Deslocação geográfica de alunos para frequentarem as actividades.
- Horário de funcionamento das actividades.
- Constituição de Turmas.
- Mobilização de recursos humanos.
- Mobilização de recursos materiais.
- Articulação entre parceiros.
- Modalidades da Componente de Apoio à família.

b. Aspectos Dinâmicos:

- Articulação/integração curricular com os órgãos e estruturas da escola/agrupamento responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do currículo (envolvimento na concepção, desenvolvimento e avaliação dos projectos curriculares de escola/turmas).
- Articulação com os Departamentos Curriculares que integram as línguas estrangeiras, educação física e educação artística, no que diz particularmente respeito às competências e experiências de aprendizagem a desenvolver pelos alunos.
- Articulação com os conselhos de docentes ou professore(s) titular(es) de turma, ao nível da supervisão pedagógica das AEC.
- Envolvimento dos pais e encarregados de educação.
- Envolvimento em eventos promovidos pela escola/agrupamento.

De realçar a importância destas segundas visitas de acompanhamento na medida em que permitiram o restabelecimento do contacto entre os actores participantes nas primeiras visitas, avaliando o seu envolvimento ao longo do processo de desenvolvimento das AEC. Potenciaram ainda as soluções e consequentes resultados, relacionados com os problemas identificados no início do ano lectivo e, ainda, em forma de balanço, a partilha e co-responsabilização de sucessos e de fracassos. Serviram, também, para registar recomendações e acertar procedimentos a ter em conta na planificação do ano lectivo seguinte.

Decorrente de cada visita resultou a elaboração de um relatório global com um conjunto de conclusões e recomendações, devidamente discriminadas, enviado pela DRE à entidade promotora envolvida.

Considerando os critérios de rigor subjacentes a esta metodologia, reafirma-se a convicção veiculada no relatório intercalar de que é do cruzamento dos diversos pontos de vista que, de forma objectiva, o presente relatório procura prestar contas, incluindo, para além dos dados recolhidos pelos instrumentos formais, os contributos dos diferentes interlocutores, particularmente, através da partilha de relatórios internos elaborados pelas instituições representadas na CAP.

3. Acompanhamento Global do Programa

Tendo em conta que a metodologia utilizada foi idêntica nas duas visitas e que os procedimentos foram aplicados às mesmas turmas de AEC e aos respectivos docentes, importa relevar neste segundo relatório os aspectos relacionados com eventuais alterações significativas que possam ter ocorrido entre os dois momentos de acompanhamento e, principalmente, evidenciar os aspectos inscritos nas recomendações do relatório intercalar, particularmente ao nível da componente pedagógica e da articulação curricular.

Apesar desta priorização, procurar-se-á seguir, no presente documento, uma organização idêntica à do relatório intercalar em relação ao acompanhamento do programa.

3.1. Caracterização das turmas

Como já havia sido referido no relatório anterior, as turmas de AEC correspondem, geralmente, às da componente curricular obrigatória, havendo, no entanto, situações em que os alunos de duas ou mais turmas envolvidas se juntam para constituírem uma de AEC. De notar que se verificou um aumento no número total de alunos focalizado nos 1.º e 4.º anos (cf. Quadro 3).

Quadro 3 – N.º de alunos por ano de escolaridade abrangidos pelas visitas de acompanhamento

	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	Total
1.ª visita	91	166	428	452	1085
2.ª visita	109	142	403	544	1198

No que diz respeito ao Apoio ao Estudo, actividade assegurada pelo professor titular da turma, também é registado um aumento no número total de alunos, cuja distribuição comparativa é apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 – N.º de alunos de Apoio ao Estudo abrangidos nas visitas de acompanhamento, por ano de escolaridade

	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	Total
1.ª visita	58	167	338	465	961
2.ª visita	92	129	355	493	1069

As restantes áreas de enriquecimento curricular observadas (Inglês, Música, AFD e Outra Actividade) são frequentadas por alunos com a distribuição comparativa apresentada no Quadro 5, onde volta a evidenciar-se o aumento do número de alunos, à excepção do ensino da música, cujo decréscimo se deve à substituição desta actividade por outra, no decurso do 2.º período.

Quadro 5 – N.º de Alunos envolvidos nas visitas de acompanhamento

AEC	VISITA	ANO DE ESCOLARIDADE				TOTAL
		1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO	
INGLÊS	1.ª visita	38	60	374	419	891
	2.ª visita	45	77	353	457	932
MÚSICA	1.ª visita	81	137	237	336	791
	2.ª visita	55	72	279	309	705
AFD	1.ª visita	58	83	293	390	824
	2.ª visita	73	105	294	384	837
OUTRA ACT.	2.ª visita	26	40	11	47	124

3.2. Perfil dos professores

No que diz respeito aos **professores titulares de turma (PTT)**, mantêm-se as características verificadas no anterior relatório: a maioria pertence ao Quadro de Escola (QE), situa-se entre os 41 e os 55 anos de idade e os 20 e 35 anos de serviço e apresenta como habilitações literárias a licenciatura ou grau equiparado. Quanto aos **professores das AEC**, no que diz respeito à sua situação profissional, a esmagadora maioria encontra-se em situação de contrato de prestação de serviços com as entidades promotoras ou entidades parceiras. As suas idades situam-se, predominantemente, entre os 21 e os 30.

Tal como o explicitado no relatório intercalar, a grande maioria dos docentes do Ensino do Inglês e da AFD apresenta como habilitação a licenciatura e a qualificação para a docência das disciplinas de Inglês e de Educação Física para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou para o ensino secundário, nomeadamente com estágio integrado na formação inicial. Em relação ao Ensino da Música, onde foram registadas situações problemáticas nas primeiras visitas de acompanhamento, constata-se que 24 dos 40 docentes inquiridos possui uma licenciatura (de entre os quais, 9 são licenciados em professores do 1.º ciclo). No que diz respeito à aquisição de habilitação/formação profissional ou especializada para o exercício da docência na actividade do ensino da música, registam-se os dados constantes do Quadro 6.

Quadro 6 – Habilitações dos professores de ensino da música

Habilitação	N.º de prof.
Curso Profissional (equiv 12.º ano)	7
8.º grau do curso complementar de música	8
Estágio Integrado na formação Inicial	11
Profissionalização em Exercício	3
Complementos de formação em Ensino da Música	1
C.E.S.E em ensino da Música	0
Diplomado/certificado	4
Currículo relevante	9

Apesar da evidência de algumas melhorias no domínio das habilitações, decorrentes da substituição do Ensino da Música por outra actividade, fruto da contratação de docentes sem respeito pelos critérios estabelecidos, ainda se registaram situações que precisariam ser corrigidas. Nesse sentido, as visitas de acompanhamento serviram, no imediato, para lançar recomendações às entidades a ter em atenção no recrutamento de docentes para o ano lectivo de 2007/08. Nessa perspectiva concorreram, também, as recomendações da CAP, veiculadas pela DGIDC e confirmadas pelo Secretário de Estado da Educação, no que diz respeito aos mecanismos de controlo na preparação do ano lectivo seguinte, ao nível dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas em articulação com as entidades promotoras. De registar que, apesar destes esforços que visam a melhor qualidade no desenvolvimento das actividades, subsiste a falta de professores qualificados para o Ensino da Música que possam garantir esta actividade de enriquecimento curricular a um número mais alargado de escolas e de alunos.

No que diz concretamente respeito às Outras Actividades observadas, regista-se que cinco professores possuem licenciatura e dois, o 12.º ano.

3.3. Recursos físicos utilizados

No que diz respeito aos recursos utilizados, os professores foram novamente questionados sobre os materiais, equipamentos e espaços utilizados no contexto das suas actividades.

No Apoio ao Estudo, os professores titulares de turma (PTT) mantêm preferências idênticas às manifestas na 1.^a visita, no que diz respeito aos materiais, sendo o *livro* o mais utilizado, seguido dos jogos e das tecnologias de informação e comunicação. De assinalar que, para além da maioria destes docentes (49) referir partilhar materiais e recursos com outros docentes de Apoio ao Estudo, mais de metade programa as actividades em conjunto. Quanto aos espaços, constata-se que a sala de aula continua a ser o espaço mais utilizado (51), verificando-se, no entanto, uma considerável subida no número de situações em que os professores dizem utilizar a biblioteca (de 12 para 22). Verifica-se também que os inquiridos mantêm as suas opiniões quanto à adequação desses espaços, já que cerca de um quarto dos PTT entendem que o espaço atribuído não é adequado ao desenvolvimento da actividade de Apoio ao Estudo, devido às razões já apontadas: dimensão, acústica, partilha do espaço e manutenção dos alunos no mesmo espaço das actividades lectivas. Esta é uma situação que remete para o problema mais vasto da rede escolar e dos investimentos a fazer nesse domínio.

Nas restantes AEC, de uma lista de vários equipamentos², o leitor/gravador áudio continua a ser o mais utilizado pelos professores de Inglês e de Música, seguido do quadro da sala, apesar de se registar uma utilização diversificada de outros equipamentos. De salientar, ainda, que cerca de metade dos docentes de Inglês refere a utilização frequente do computador, seguido do leitor/gravador de vídeo. Os professores das sete Outras Actividades observadas referem os equipamentos informáticos (computador e impressora) como os mais utilizados. Na AFD, embora haja uma grande diversidade na utilização de equipamentos/materiais³, tal como se verificou no 1.^o período lectivo, os mais utilizados são as *bolas* e os *arcos*.

No que diz respeito aos espaços utilizados, como seria de esperar a situação mantém-se semelhante à das primeiras visitas. Assim, 67% das actividades ocorre em espaços pertencentes aos estabelecimentos de ensino, sobretudo o ensino do inglês e da música, pois na AFD, em aproximadamente metade dos casos, as actividades têm lugar fora das instalações escolares. As actividades de Inglês, Ensino da Música e Outras Actividades ocorrem em 77% dos casos, continuando, no entanto, a registar-se situações em que essas actividades têm lugar noutros espaços. A AFD, de acordo com o testemunho dos docentes, ocorreu em espaços diversificados ao longo do ano, como o ginásio, a sala polivalente e o recreio, em cerca de um terço dos casos, embora a principal incidência recaia nos recreios das escolas. Em relação ao conjunto dos espaços usados, os inquiridos mantêm uma opinião idêntica à manifesta na 1.^a visita, ou seja, cerca de 65% dos professores considera os espaços adequados às actividades. No que diz respeito, exclusivamente à AFD, atendendo à sua especificidade, 41 % (na 1.^a visita, 45%) dos professores considera os espaços inadequados. De referir ainda, pela negativa, o facto de quatro dos sete professores de Outra Actividade considerarem inadequadas as instalações.

² Aqui são considerados apenas os equipamentos, já que os materiais são tratados na componente pedagógica.

³ Atendendo à especificidade da AFD, os equipamentos e materiais foram incluídos na mesma categoria.

3.4. Componente pedagógica

Na componente pedagógica são considerados os aspectos relacionados com a organização e gestão pedagógico-didáctica, com o conhecimento e uso das orientações programáticas e de materiais, com as competências, experiências de aprendizagem e, ainda com a avaliação da aprendizagem dos alunos.

Organização pedagógica

Quanto à organização e gestão, são tidos em conta os instrumentos utilizados pelos professores das AEC na organização da actividade pedagógica, com particular incidência na planificação e no registo de sumários, por se tratarem de aspectos que, de acordo com as recomendações da CAP, careceram de uma análise mais aprofundada nas primeiras visitas de acompanhamento. Na Figura 1 são apresentados os resultados da verificação da existência de um conjunto de documentos.

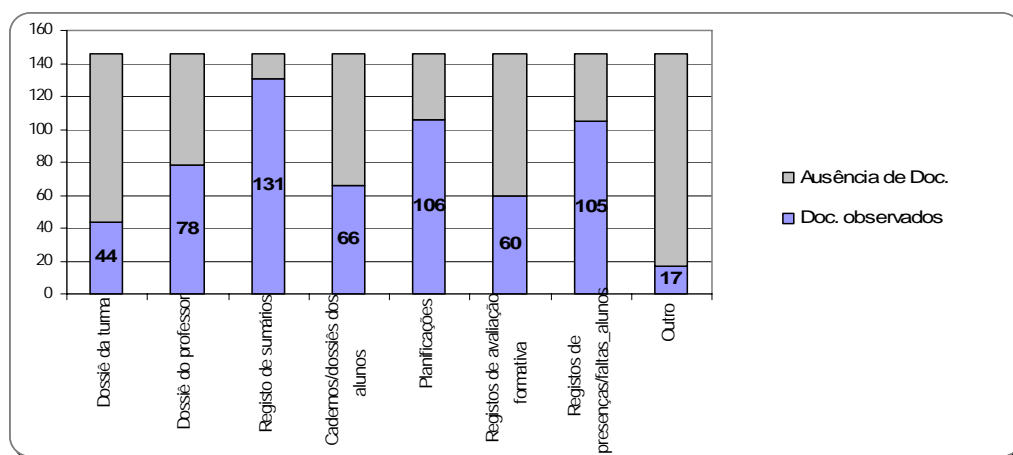


Figura 1 – Documentos observados nas visitas de acompanhamento

O gráfico apresentado evidencia que, na grande maioria das situações observadas existem registos de sumários (90%), planificações (73%) e registos de presenças/faltas dos alunos (72%).

No que diz respeito ao *registo de sumários*, 98% dos professores das AEC refere ter realizado essa tarefa (constatando-se, assim, um ligeiro desfasamento entre o declarado pelos inquiridos e a realidade observada) e, no caso do inglês, em cerca de metade das turmas, os alunos dos 3.º e 4.º anos, segundo os respectivos professores, também efectuam aquele registo. Procurando identificar o suporte em que os sumários são registados e caracterizar o tipo de registo que é efectuado, os resultados da observação apontam para a sua inscrição em *livro próprio* ou *livro/caderno adaptado* em 54% e 43% das situações, respectivamente, sendo muito reduzido o número de casos (7) em que é utilizado o suporte informático. Por sua vez, a tipologia de registo utilizada incide maioritariamente na explicitação dos *temas abordados* e na *descrição das actividades*. Já a actualização dos sumários só foi possível ser verificada em menos de metade dos casos em que o registo foi verificado.

Quanto às planificações, na maioria dos casos, pôde ser observado pelo menos um dos seguintes suportes físicos: *livro próprio*; *livro/caderno/dossiê adaptado*; *informático*. O segundo é claramente o mais usado. Quanto ao conteúdo evidencia-se o facto de, em cerca de dois terços dos casos, aquelas

planificações terem sido concebidas pelo professor de acordo com as orientações programáticas, com pelo menos uma das seguintes periodicidades: diária, semanal, mensal, por período lectivo, ou anual, registando-se frequências semelhantes entre elas.

Orientações programáticas, competências e experiências educativas

No que diz respeito ao Apoio ao Estudo foi apenas considerada globalmente a intencionalidade atribuída à ocupação dos alunos nessa actividade. Assim, a maioria das docentes continua a privilegiar a “consolidação das aprendizagens pela aplicação de estratégias de estudo” (44). Apenas 16 das inquiridas referem dar prioridade à “realização de trabalhos de casa”. No que diz respeito aos sumários, apenas 5 docentes referem não os registar.

Nas restantes três actividades para as quais existem orientações programáticas publicadas pelo Ministério da Educação (Inglês, Música e AFD), apenas três dos inquiridos dizem não conhecer o conteúdo dessas orientações e 88% (na 1.ª visita, 82%) admite utilizá-las *sempre* ou *frequentemente* na programação das suas actividades. Por seu lado, verifica-se que se mantém muito próxima da constatada na 1.ª visita, a percentagem de professores (44%) que alega orientar as suas actividades através duma planificação pré-concebida pela entidade para a qual presta serviço.

Estas orientações programáticas contemplam os temas recomendados para serem abordados em cada uma das actividades, deixando à responsabilidade dos professores a sua organização e gestão, bem como a possibilidade de introduzirem outros. Assim, tendo como referência as temáticas contempladas pelas orientações programáticas, procurou-se perceber, perto do final do ano lectivo, quais as que os professores haviam trabalhado com os seus alunos, tendo em conta os contextos em que as actividades se desenvolveram. Os quadros 7, 8 e 9 procuram dar conta dessa relação no caso do Inglês e da AFD.

Quadro 7 – Temas trabalhados no Ensino do Inglês para os 1.º e 2.º anos nas 9 turmas observadas

Os tópicos foram abordados?	Tópicos contemplados nas orientações programáticas														
	Greetings	Classroom language	Colours	Numbers	Face/body	Classroom	Family	Toys	Clothes	Feelings	Home	Pets	Playground	Food	Outros
Sim	6	7	7	7	6	6	5	3	3	5	3	8	1	5	2
Não	3	2	2	2	3	3	4	6	6	4	6	1	8	4	7

Quadro 8 – Temas trabalhados no Ensino do Inglês para os 3.º e 4.º anos nas 45 turmas observadas

Os tópicos foram abordados?	Tópicos contemplados nas orientações programáticas													
	Colours	My Classroom	My Family	Pets	My Body	Birthdays	My home	The weather	Sports	Food	Transport	Clothes	Outros	
Sim	42	36	36	26	37	21	28	24	12	26	8	23	18	
Não	3	9	9	19	8	24	17	21	33	19	37	22	27	

Outros: Identification (name, age), moods, Festivities; Months; The City; The Beach Numbers; seasons; animals; days of the week; people's physical description; the alphabet; Planets; Daily routine; Telling the time; feelings; Countries and capitals; Greetings; animals; Jobs; Public places; toys.

Quadro 9 – Temas trabalhados na AFD nas 46 turmas observadas

As matérias foram abordadas?	Matérias contempladas nas orientações programáticas														
	Exploração da Natureza	Deslocamento e equilíbrio	Rítmicas e expressivas	Jogos	Perícia e manipulação	Oposição e luta	4								
							Jogos pré-desportivos	Andebol	Basquetebol	Futebol	Voleibol	Patinação	Atletismo	Ginástica	Natação
Sim	15	39	27	42	39	16	36	23	28	30	14	7	33	32	6
Não	31	7	19	4	7	30	10	23	18	16	32	39	13	14	40

No caso do ensino da música, atendendo à sua especificidade e à das respectivas orientações programáticas, os questionários aos professores incidiram sobre as actividades realizadas, que procuram integrar conteúdos e experiências de aprendizagem desenvolvidas, a partir de categorias pré-definidas (v. Quadro 10).

Quadro 10 – Temas trabalhados no Ensino da Música nas 40 turmas observadas

As actividades foram realizadas?	Actividades a realizar													
	Audição musical	Prática vocal	Prática instrumental orf	Prática de flauta de bisel	Prática de outros instrumentos	Experimentação/improvisação/composição	Notação musical	Expressão Corporal / movimento e dança	Projectos musicais	Construção de instrumentos	Práticas Artísticas Interdisciplinares	Parcerias com entidades diversas	Avaliação (testes, fichas, trabalhos)	
Nunca/raramente	1	1	12	10	12	9	6	4	15	19	9	26	15	
Às vezes	7	5	15	12	18	18	17	18	18	15	23	8	15	
Frequentemente/sempre	32	34	12	14	5	10	12	18	6	3	3	1	7	
N/R	0	0	1	4	5	3	5	0	1	3	5	5	3	

No que diz respeito às “experiências de aprendizagem” proporcionadas pelos professores das AEC com vista ao desenvolvimento de competências nas/pelas crianças, os inquiridos atribuíram prioridade às seguintes:

- *Prática vocal*, seguida da audição musical no caso do Ensino da Música.
- *Músicas e canções*, no caso do Inglês para os 1.º e 2.º anos, *jogos de compreensão para os 3.º e 4.º anos*
- *Exercícios em grupo, seguidos do exercício individual*, no caso da AFD.

Pelo envolvimento dos alunos num conjunto de experiências de aprendizagem priorizadas pelos professores das AEC (de acordo com os resultados atrás explicitados), perspectiva-se que esses mesmos alunos iniciem e intensifiquem o desenvolvimento de competências específicas de cada actividade. Assim, procurou-se identificar junto daqueles professores quais as que, na sua perspectiva, se tornaram mais evidentes ao longo do ano lectivo. Os resultados demonstram que as competências mais evidenciadas são as seguintes:

⁴ As actividades desportivas são realizadas em forma de abordagem ao gesto e competências de cada modalidade sem que exista especialização.

- *Compreensão e produção oral (ouvir/ver e falar, respectivamente), no Inglês (1.º e 2.º anos) e compreensão oral, seguida da interacção (ouvir/falar), no Inglês (3.º e 4.º anos);*
- *Cooperação com aplicação de regras e princípios de cordialidade e respeito e nível funcional de capacidades condicionais e coordenativas, na AFD.*
- *Cantar individualmente ou em grupo, identificação auditiva de algumas características rítmicas e melódicas e exploração e identificação de alguns elementos básicos da música, no caso do Ensino da Música.*

Materiais pedagógico-didácticos

Com vista à concretização das experiências educativas promovidas no contexto das diferentes actividades, os professores recorreram a materiais pedagógicos já existentes ou a materiais produzidos pelos próprios. Quanto aos primeiros, no ensino da música, os instrumentos musicais continuam a ser os mais utilizados, seguidos dos CD (tal como se verificou na primeira visita) e, no ensino do inglês, os mais utilizados são os *flashcards*, seguidos do manual. De registar que os resultados põem em evidência o aumento do número de professores de inglês (44) que garante produzir materiais específicos para as actividades e, de entre estes, mais de metade, faz com que os alunos participem nessa produção. Também na AFD, apesar de continuar a ser uma minoria, aumentou o número de professores (11), que diz ter construído materiais para serem usados nas actividades.

No cumprimento de uma das recomendações exaradas no relatório intercalar, as segundas visitas de acompanhamento incluíram a observação directa pelos peritos e técnicos das DRE dos materiais existentes ou em uso nas actividades. Assim, a partir de uma lista previamente definida foram realizados os 146 registos que deram origem aos resultados constantes da Figura 2.

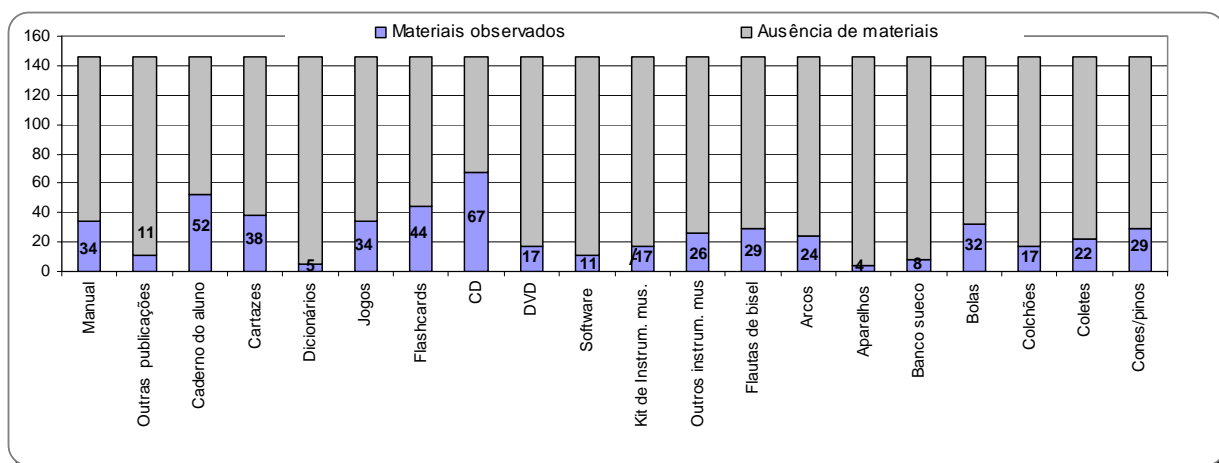


Figura 2 – Materiais observados nas visitas de acompanhamento

Os dados apresentados no gráfico revelam que os CD, seguidos dos cadernos dos alunos, são os materiais mais utilizados, sendo os primeiros usados em todas as actividades, embora com mais frequência no inglês (32) e na música (27) e os segundos usados, maioritariamente, nas actividades de ensino do Inglês (25), sendo também utilizados nas actividades de ensino da música, mas em menor número de casos (17). Por seu lado, os manuais escolares, são de uso quase exclusivo das actividades do inglês, (29) embora tenham sido observados em actividades de ensino da música (4) e de AFD (1). De

realçar o facto mais de metade dos professores de Inglês usar o manual escolar como auxiliar didáctico, nas suas actividades. Seguindo a mesma tendência dos materiais já mencionados, os cartazes e os jogos, são maioritariamente usados nas actividades de inglês.

Passando aos materiais mais adequados ao ensino da música, constata-se que na maioria dos casos foi registada a existência de instrumentos musicais de uma ou duas das três categorias apresentadas no gráfico. De notar, porém, que foram encontradas situações opostas quanto a estes materiais, ou seja, casos em que não foi registada a presença ou uso de quaisquer instrumentos (5) e casos em que estavam presentes as três categorias.

No que diz respeito aos materiais usados na AFD, constata-se que os mais presentes são as bolas e os materiais de sinalização (pinos/cones/sinalizadores), seguidos de outros de fácil transporte, nomeadamente de escola para escola. Por seu lado, verifica-se ser, ainda, consideravelmente reduzido, o número de casos, em que se regista a presença de materiais que, pelas suas dimensões, deverão permanecer nos estabelecimentos e fazer parte do seu equipamento, nomeadamente colchões, bancos suecos, aparelhos e planos inclinados.

Ora, estas constatações apontam para a necessidade de reforço dos materiais indispensáveis para equipar os estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico, em particular os que se destinam às actividades de ensino da música ou da AFD, da responsabilidade das entidades promotoras das AEC.

Continua a verificar-se que a grande maioria dos professores de inglês (os únicos inquiridos sobre o assunto) diz não utilizar as TIC no desenvolvimento das actividades, sendo tal constatação confirmada pelos peritos observadores que revelam haver evidências de recurso às TIC, apenas numa minoria de casos (17).

Por fim, atendendo, mais uma vez, à recomendação expressa no relatório intercalar, procurou-se observar as designadas *outras actividades* e inventariar os principais temas abordados, as experiências de aprendizagem proporcionadas aos alunos e os materiais utilizados, expressos de acordo com a linguagem utilizada pelos professores (v. Quadro 11).

Quadro 11 – Aspectos da actividade pedagógica no contexto das “Outras Actividades”

Actividade	Temas abordados	Experiências de aprendizagem	Materiais utilizados
Clube de Arte e Movimento	Deslocamentos e equilíbrios; perícia e manipulação; jogos infantis.	Desenvolvimento da autonomia; Desenvolvimentos de hábitos de trabalho.	Material desportivo: Bolas, cones, coletes, colchões, plinto, arcos, cordas.
Expressão artística		Jogos mimados, canções, prática vocal e instrumental, dramatizações, coreografias, audições.	Instrumentos musicais, jogos, equipamento vídeo e áudio.
Expressão Dramática	Dia Mundial da Criança, 1 de Maio, alimentação.	Jogos dramáticos, improvisações e fantoches.	Papel de cenário, tintas e material de desperdício.
Artes Plásticas (2)	Dias festivos ou efemérides do calendário, estações do ano, Corpo humano, estudo da cor, animais, materiais musicais, as nossas mãos, amizade....	Montagem de mobile, Desenho (livre, orientado); Pintura (livre, orientada, modelagem); elaboração de materiais, criatividade, autonomia, motricidade fina, destreza manual, sentido crítico, trabalho de grupo, colagens de ilustração	Papel, lápis, lápis de cera, marcadores, massa de modelar, bolas de ping-pong, tecidos, rolhas, palitos, castanhas, balões, cola, papel de jornal, corda, rafia; cartonagem, papel de lustro, papel vegetal, tintas.
Expressão Musical	Sons do corpo, timbre, clave de Sol.	Dramatização. Jogos de atenção/concentração. Jogos de discriminação auditiva. Jogos sociais/relacionamento.	Cartolinas, imagens, CDs, flauta, gravador, fotocópias
Xadrez	Movimento das peças, desenvolvimento das peças, técnicas, saídas e finais. Rock, Xequ mate, Xequ e suas variantes, Jogos históricos, história do Xadrez.		Tabuleiros de xadrez, peças, fotos, desenhos.

Verifica-se, assim, que à excepção de uma delas, estas actividades incidem na área da expressão artística, em que os respectivos professores procuram desenvolver actividades de carácter lúdico e recreativo, embora com aparente intencionalidade educativa.

Avaliação das aprendizagens

Tratando-se de actividades de carácter facultativo, os resultados do aluno não têm repercussões directas na avaliação das aprendizagens inerentes à componente lectiva obrigatória. No entanto, numa perspectiva formativa, deverá ser desenvolvido um processo de avaliação das competências desenvolvidas pelos alunos, com recurso a instrumentos adequados, permitindo assim que os encarregados de educação e os professores titulares de turma tomem conhecimento dessa evolução.

Assim, de acordo os dados recolhidos, continua a verificar-se que os professores das AEC dizem utilizar maioritariamente as *grelhas de observação*. De realçar que no ensino do inglês, o uso de instrumentos de avaliação é significativamente mais expressivo do que nas restantes actividades, verificando-se, por exemplo, que a maioria dos docentes daquela actividade declara usar fichas de autoavaliação e metade refere aplicar testes ou provas. De registar, ainda, a referência ao considerável uso de portefólios pelos mesmos professores.

Quadro 12 – Instrumentos de avaliação usados pelos Professores das AEC

AEC	Grelhas de observação		Listas de verificação		Fichas de autoavaliação		Portefólios		Testes/provas	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Inglês	40	14	22	32	32	22	20	34	27	27
Música	27	13	10	30	10	30	3	37	16	24
AFD	37	9	10	36	4	42	0	40	8	38
Out.Act.	2	5	1	6	1	6	0	77	0	7

Apesar de alguns dos professores das AEC, por várias razões plausíveis, não terem tido a possibilidade de mostrar os instrumentos de avaliação aos observadores, verifica-se uma discrepância acentuada entre as respostas daqueles docentes e os registos efectuados pelos peritos explicitados no Quadro 13.

Quadro 13 – Instrumentos de avaliação observados nas visitas de acompanhamento

AEC	Grelhas de observação	Listas de verificação	Fichas de autoavaliação	Portefólios	Testes/provas
Inglês	19	12	18	11	18
Música	14	3	3	2	8
AFD	24	6	5	2	4
Out.Act.	1	0	0	0	0

Tal constatação apela para a necessidade de aferir conceitos e critérios de classificação de instrumentos de avaliação e de promover processos de reflexão sobre o seu uso, junto dos professores das AEC, nomeadamente através de processos de formação. Para além disso, importa reforçar a importância e quase exclusividade da avaliação formativa em todo o processo, de forma a desencorajar quaisquer intentos de recurso à modalidade de avaliação certificadora, através de instrumentos desadequados às características das AEC.

Quanto à divulgação dos resultados da avaliação formativa dos alunos, cerca de 90% e 87% dos professores refere ter procedido a essa divulgação, respectivamente junto dos pais ou encarregados de educação e dos professores titulares de turma. No que diz concretamente respeito à divulgação junto dos professores titulares de turma, embora mais de metade o faça oralmente, os professores utilizam, também, na maioria dos casos, formulários próprios das actividades e em menor número o formulário usado pelo professor titular de turma para a descrição da avaliação da actividade lectiva.

Finalmente, numa perspectiva global, torna-se pertinente explicitar as apreciações dos peritos das diferentes actividades, em articulação com as dos representantes do Ministério da Educação, decorrentes do contacto com a prática pedagógica e baseadas nos processos de interacção professor-aluno e aluno-aluno, nas metodologias e nos recursos utilizados, bem como nas informações que puderam ser recolhidas pelo diálogo com os professores, com os alunos e com outros elementos da comunidade educativa. Perante um conjunto de indicadores ao nível das interacções sociais na sala de aula e das estratégias pedagógicas e aprendizagens dos alunos, os observadores expressaram as suas opiniões num *continuum* entre a concordância e a discordância, como o exposto na Figura 3.

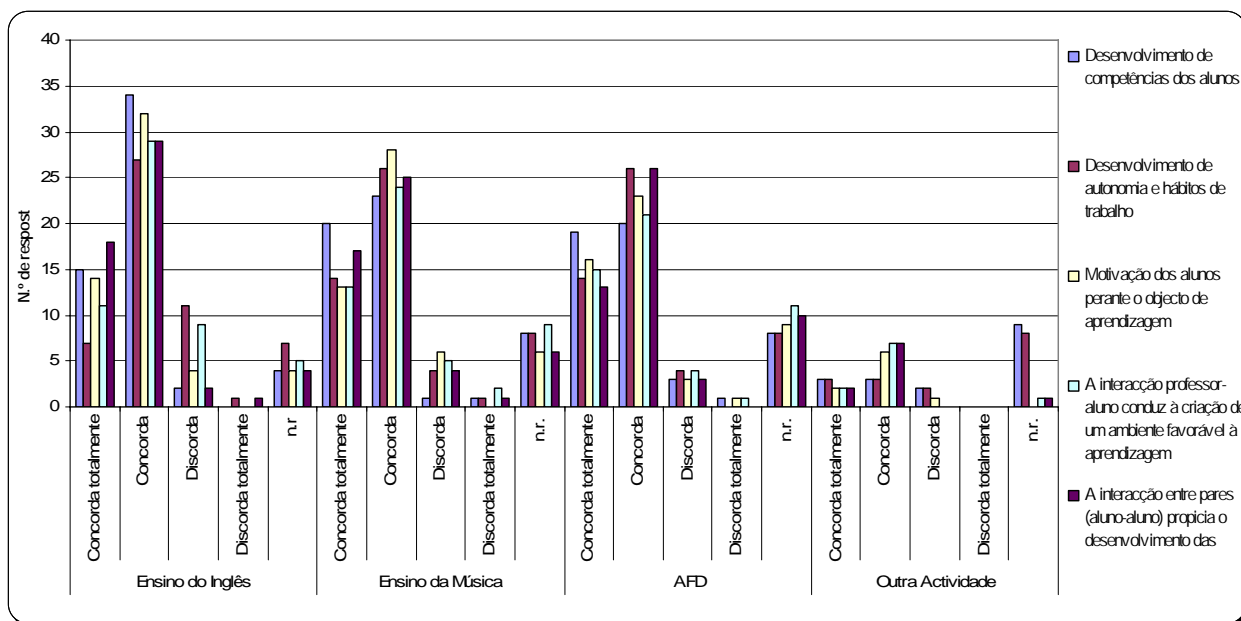


Figura 3 – Apreciações dos observadores sobre as potencialidades da acção pedagógica desenvolvidas nas AEC

Os resultados revelam que as práticas pedagógicas sujeitas a observação mereceram predominantemente e de forma genérica, uma apreciação positiva por parte dos peritos das áreas de actividade observadas.

Concretamente, no que diz respeito ao Ensino do Inglês, no seu relatório sobre as visitas de acompanhamento, a APPI conclui que, na maioria dos casos, se verificou uma melhoria nos aspectos referenciados como pontos fracos, aquando da observação das aulas durante as primeiras visitas, a saber:

- aumento do uso da língua inglesa por parte de muitos professores, tanto na linguagem de sala de aula como na interacção com os alunos;
- estímulo ao uso do Inglês, por parte dos alunos, criando verdadeiros momentos de interacção, que permitem a aprendizagem da língua de uma forma natural, contrastando com a exploração de listas de vocabulário como único objectivo da aprendizagem;
- inclusão de estratégias de aprendizagem e actividades com recurso ao lúdico e apelando à criatividade dos alunos;
- alteração de procedimentos relativos à forma como os professores desenvolveram a avaliação, revelando uma maior proximidade às sugestões contidas nas Orientações Programáticas;

Também o parecer da APEM aponta para uma melhoria na apreciação do desenvolvimento das actividades de Ensino da Música entre as primeiras e as segundas visitas considerando que parte da mesma se poderá ter ficado a dever à substituição da actividade, no 1.º período, por outra actividade quando o professor não possuía o perfil adequado. De qualquer modo, as aulas observadas são classificadas de nível Bom e de nível Satisfatório em 38,3 % e 42,5% dos casos, respectivamente. Por seu lado, traduzindo a sua apreciação em termos de qualidade da AFD, o CNAPEF e a SPEF, indicam também uma apreciação positiva por parte dos peritos que realizaram as visitas, em 60% dos casos observados. De notar que estas apreciações, embora válidas e pertinentes, assentam em critérios estabelecidos internamente pelas instituições, enquanto que as apreciações constantes do gráfico da Figura 3 resultam de critérios uniformes, comuns a todas actividades e acordados pela CAP.

3.5. Articulação curricular

Apesar do seu carácter facultativo, as AEC constituem uma componente dos projectos educativos e curriculares das escolas e agrupamentos de escolas, as quais deverão contribuir de forma integral para o desenvolvimento de competências essenciais pelos alunos, através de experiências de aprendizagens enriquecedoras. Como tal, a articulação destas actividades com as actividades curriculares de carácter obrigatório torna-se imprescindível quer a nível *horizontal* (com o professor titular de turma), quer a nível *vertical* (com os departamentos curriculares de áreas afins dos 2.º e 3.º ciclos).

Assim, no que diz respeito ao Apoio ao Estudo, mais de 3/4 dos professores desta actividade atesta ter partilhado materiais e recursos e mais de metade refere programar as actividades com outros colegas.

No âmbito das restantes AEC, são tidas em conta duas forma de articulação: horizontal (PTT - professores das AEC); e vertical (professores das AEC – professores dos departamentos curriculares). Em relação à primeira forma, são confrontadas as opiniões dos intervenientes no processo, expressas nas Figuras 4 e 5.

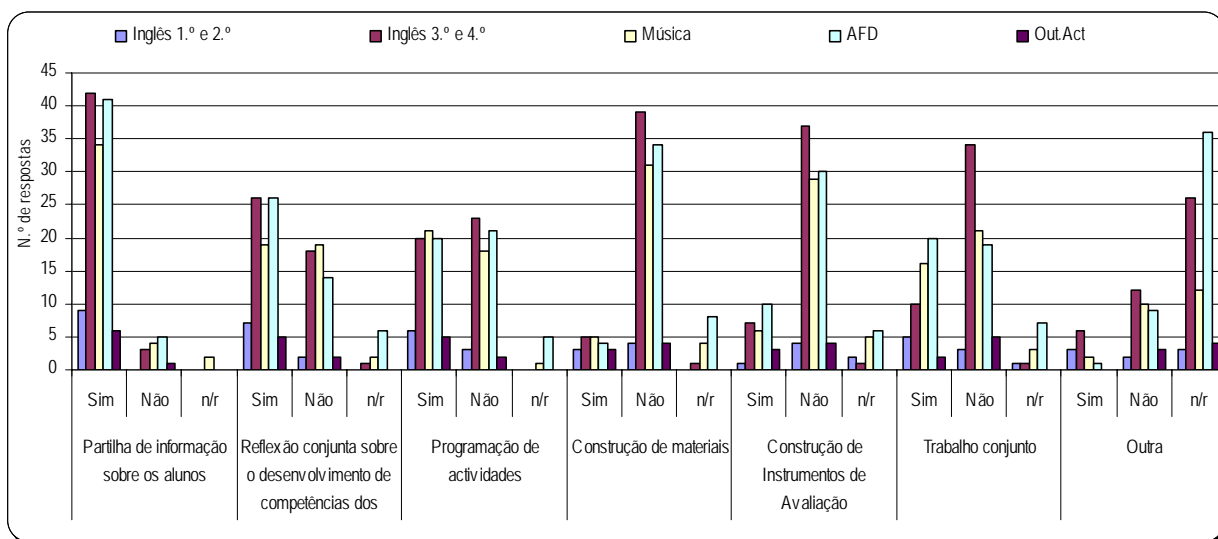


Figura 4 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os professores titulares de turma – opinião dos professores das AEC

Tal como o explicitado no relatório intercalar, os professores das AEC entendem que a articulação com os PTT acontece sobretudo ao nível da *partilha de informação* sobre os alunos, mas também ao nível da *reflexão conjunta sobre o desenvolvimento de competências dos alunos*, quer no ensino do inglês quer na AFD, onde se registaram melhorias significativas. De assinalar, ainda, as melhorias ao nível do *trabalho em conjunto*, no ensino da música.

Verifica-se assim que os professores titulares de turma inquiridos, confirmam a tendência para a existência de melhorias significativas na articulação curricular, com principal relevo para a *partilha de informação sobre os alunos*.

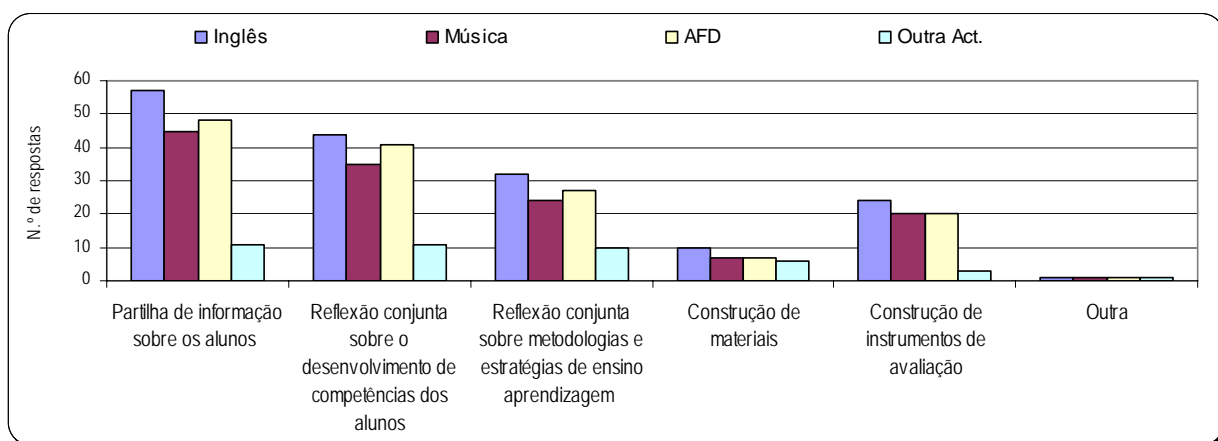


Figura 5 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os professores titulares de turma – opinião dos professores titulares de turma

Como já foi referido, os docentes, apontam melhorias significativas em todos os aspectos sobre os quais foram inquiridos. De registar que 27 a 32 dos PTT referem ter realizado *reflexão conjunta sobre metodologias e estratégias de ensin/aprendizagem* com os professores das AEC e que mais de metade (35 a 44) declara ter reflectido em conjunto sobre o *desenvolvimento de competências dos alunos*. De

notar, ainda, a expressão que vai ganhando a articulação na construção de instrumentos de avaliação, facto que permite uma maior coerência na regulação dos processos de ensino/aprendizagem. Apesar destes indicadores que acentuam uma melhoria gradual nos procedimentos de articulação curricular, os resultados e as percepções dos observadores denunciam que há ainda muito trabalho a fazer nesta matéria que envolve construção de relações e de aprendizagens, legitimação e assunção de papéis e estatutos dos diferentes intervenientes no processo educativo e, ainda, implementação de hábitos e ritmos de trabalho e de condições laborais e logísticas que permitam consolidar essa articulação.

No que concerne à articulação *vertical* entre os professores das AEC e os departamentos curriculares que integram as línguas estrangeiras, a Educação Musical e a Educação Física, nos 2.º e 3.º ciclos, a Figura 6 apresenta a incidência nas diferentes formas de articulação, de acordo com os testemunhos dos primeiros.

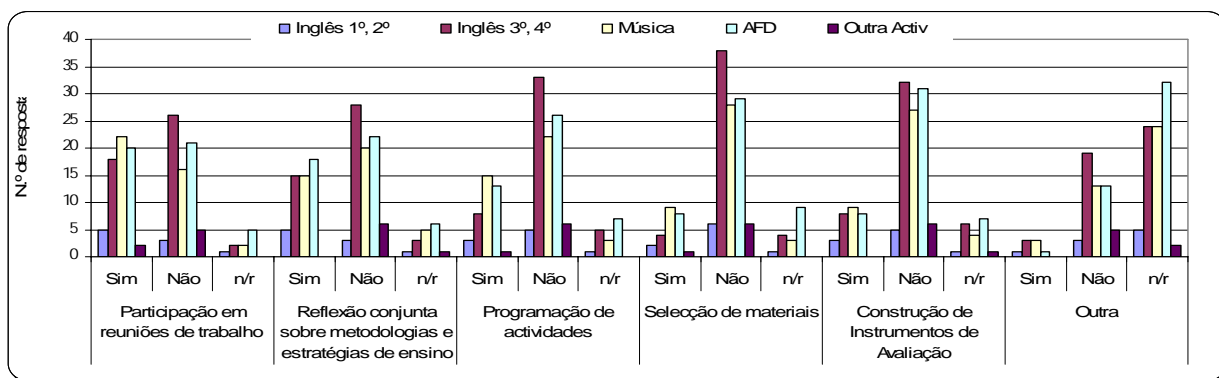


Figura 6 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os Departamentos Curriculares – opiniões dos professores das AEC

Os dados apresentados evidenciam que, segundo os professores das AEC, a articulação vertical é ainda praticada de forma pouco acentuada, apesar de ter sido reforçada desde a primeira ronda de visitas, sobretudo ao nível do Ensino da Música e da AFD, no que diz respeito à *participação em reuniões de trabalho*, à *reflexão conjunta sobre metodologias e estratégias de ensino* e, ainda, à *programação de actividades*. De notar que, proporcionalmente, a maior ausência de articulação é registada pelos professores de inglês, contrariamente ao que acontece com os PTT.

Apesar das melhorias e dos esforços desenvolvidos, continuam a ser visíveis as dificuldades em efectivar a articulação vertical, em parte devido ao facto de os horários dos professores não o permitirem e de, em muitos dos contratos com os professores de enriquecimento curricular, não terem sido previstos tempos destinados à articulação, de acordo com os testemunhos avançados nas mesas-redondas. Importa, no entanto, considerar a problemática da ausência de articulação entre escolas básicas do 1.º ciclo e as de 2.º e 3.º ciclos, no contexto de alguns agrupamentos de escolas e em que medida esse facto tem influência na ausência de articulação entre as AEC e os departamento curriculares.

3.6. Supervisão Pedagógica

Competindo ao professor titular de turma zelar pela supervisão pedagógica das AEC (ponto 31 do Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho), cabe-lhe acompanhar e monitorizar, em conformidade com as parcerias estabelecidas, o desenvolvimento daquelas actividades. Se, nas primeiras visitas, atendendo ao curto período de desenvolvimento do programa, as questões incidiram sobretudo na preparação do trabalho de supervisão, na segunda ronda de visitas tornou-se pertinente compreender melhor o desenvolvimento dessa actividade registando os testemunhos dos principais intervenientes, bem como as apreciações dos observadores.

Assim, os resultados obtidos da aplicação dos questionários permitiram constatar que aumentou, para cerca de 2/3, o número de PTT inquiridos que diz ter recebido orientações do Conselho Pedagógico ou Executivo para o exercício de Supervisão das AEC e o número dos que referem que o assunto foi discutido em contexto de conselho(s) de docentes, sede na qual foram veiculadas recomendações e concebidas formas e instrumentos de apoio à supervisão. A grande maioria dos inquiridos (50) refere ter sido intencionalmente abordado o assunto das AEC em contexto de reunião com os pais e encarregados de educação, revelando um aumento dos casos em que os inquiridos (20) admitem ter realizado uma reunião com aqueles, exclusivamente sobre as AEC.

Verifica-se, ainda, que, entre a primeira visita de acompanhamento e a segunda, houve um clara aposta no acompanhamento das AEC, já que se deu um significativo aumento do número de professores titulares de turma que garante ter sido realizado esse acompanhamento, em particular o Ensino do Inglês e da AFD, através de reuniões de trabalho e de observações de actividades. Evidencia-se o facto de 15 dos docentes terem referido o acompanhamento de "outra actividade". Por sua vez, cerca de metade destes docentes, admite ter aprofundado aquele acompanhamento realizando trabalho de programação para as AEC com os respectivos professores, maioritariamente em contexto de encontros informais e, nalguns casos (21), em reuniões por convocatória.

No que respeita à *avaliação da realização das AEC*, cerca de metade dos inquiridos afirma ter elaborado um relatório por actividade.

3.7. Aspectos estruturais do desenvolvimento das AEC

Tendo em conta sobretudo os tópicos de discussão desenvolvidos nas mesas-redondas, evidenciam-se alguns aspectos estruturais que, de alguma forma, afectam o desenvolvimento das AEC: deslocação de alunos; horários das actividades; constituição das turmas; mobilização de recursos humanos e materiais; e articulação entre parceiros. Tendo sido estes aspectos muito debatidos aquando das primeiras visitas de acompanhamento (atendendo à proximidade do início do ano lectivo e à premência da dimensão organizativa das AEC), nas segundas visitas obtiveram maior relevância as questões de ordem pedagógica. No entanto, embora muitos dos constrangimentos estruturais iniciais tenham sido ultrapassados pelas comunidades, outros persistiram ao longo do ano lectivo. Deste processo importa registar, de forma resumida, os aspectos considerados mais pertinentes.

Quanto aos **horários das actividades**, verifica-se que, nas turmas visitadas, o Apoio ao Estudo e as restantes AEC têm lugar, na esmagadora maioria dos casos, após a actividade lectiva, não interferindo, assim, no funcionamento dessa actividade. De registar que esta quase ausência de flexibilização, segundo a opinião de algumas das entidades que participaram nas visitas, compromete a estabilidade e a permanência dos professores das AEC, atendendo aos horários reduzidos que lhes são apresentados pelas entidades promotoras. Por sua vez, apesar dos visíveis esforços protagonizados pelas escolas e pelas entidades promotoras para serem ultrapassados os constrangimentos, o regime de horário duplo continua a ser, em varias situações, um obstáculo à plena implementação das AEC e, segundo a CONFAP, pouco satisfatórios para as famílias, sobretudo quando associados à inexistência da Componente de Apoio à Família⁵.

Na questão da **constituição de turmas** as situações problemáticas levantadas continuam a centrar-se nos casos em que há junção dos alunos de diferentes turmas. Em contextos rurais, sobretudo, nos casos em que se juntaram alunos de vários anos de escolaridade e de faixas etárias distintas, na mesma turma, este problema foi identificado. Nesse sentido, no caso concreto do ensino de inglês, a APPI aponta, no seu relatório, um conjunto de argumentos que considera justificarem a separação, por exemplo, entre os alunos do 3.º e os do 4.º ano.

Quanto à **mobilização de recursos humanos**, no que aos professores diz respeito, verificam-se processos de elevada mobilidade decorrentes de mudanças de umas entidades para outras por questões relacionadas com horários, dispersão geográfica, remunerações ou colocação por concurso através das designadas colocações cíclicas. De registar ainda as situações problemáticas onde não foram contemplados mecanismos de substituição dos professores das AEC, quando estes faltam. A este propósito, algumas entidades promotoras previram a existência de coordenadores ou dinamizadores que procuraram garantir a continuidade das actividades, apesar das ausências dos docentes. De salientar que, para além destas boas práticas, uma melhor articulação das entidades promotoras ou parceiras com os agrupamentos, poderia ajudar a resolver o problema.

A escassez de **peçoal auxiliar**, preferencialmente com formação, necessário ao acompanhamento das crianças, é um problema que continua a ser sentido e frequentemente assinalado pelos participantes nas mesas-redondas das visitas de acompanhamento.

No que diz respeito à **articulação entre parceiros** como factor facilitador da implementação das AEC, apesar de em algumas situações se verificar uma sobreposição de entidades, resultando daí uma indefinição de papéis e de níveis de decisão e de intervenção, regista-se uma maior preocupação na partilha de informações e de vivências entre todos os intervenientes no processo. De notar, no entanto, de acordo com a CONFAP, a ausência de envolvimento das Associações de Pais no processo de implementação das AEC, exceptuando os casos em que elas são entidades promotoras ou parceiras.

⁵ Desde logo, foram pouco visíveis os efeitos do protocolo celebrado entre a Segurança Social e as instituições privadas de solidariedade (IPSS) para a cobertura das designadas “pontas” dos horários.